



## RECONHECIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS NO AMBIENTE DO TRABALHO: UM DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE

Neusa Schnorrenberger<sup>1</sup>

### RESUMO

As mulheres no ambiente rural, do campo, tem uma vida diferente das mulheres da cidade, em especial na questão do trabalho e do reconhecimento deste meio social, ou da falta deste. Na maioria das vezes, sua própria família, em especial, seus companheiros não percebem suas jornadas múltiplas de trabalho, demonstrando a falta, inclusive de alteridade na própria família. Assim, este trabalho apresenta o resultado prévio de uma pesquisa que investiga o estudo acerca dos desdobramentos do reconhecimento das mulheres camponesas no ambiente de trabalho, como um desafio na construção da alteridade dessas sujeitas. Para melhor orientar o estudo de como ocorre o reconhecimento das mulheres camponesas no ambiente de trabalho, o artigo assenta-se no estudo teórico e exploratório através da pesquisa documental e bibliográfica, estando ele embasado no método de abordagem dedutivo.

**Palavras-chave:** Reconhecimento. Mulheres Camponesas. Ambiente do Trabalho. Alteridade.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo em seu desenvolvimento é construído sob três abordagens específicas, ou seja, em um primeiro momento, busca-se bordar sobre a naturalização de estereótipos dos corpos femininos. A fim de se perceber como ocorreu e ocorre o reconhecimento dos corpos das mulheres na sociedade, para, num segundo momento, averiguar o contexto de vida e trabalho das mulheres camponesas. E, por último, analisar-se-á o reconhecimento do trabalho das camponesas, a partir de conquistas de movimentos de mulheres camponesas, com o intuito de refletir acerca do despertar na mulher e no homem, para o reconhecimento do trabalho camponês feminino e a importância da construção de uma alteridade necessária para transformação na vida não somente destas mulheres, mas também do contexto familiar e social que as envolve.

### 2 NATURALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DOS CORPOS FEMININOS

Ao iniciar a abordagem sobre estereótipos femininos, proposta nesta parte do texto, denota-se que os papéis das mulheres têm sido naturalizados – foram criados estereótipos femininos – o que é coisa de mulher, e o que é coisa de homem, transformando-se num processo cultural de construção de identidades.

Para a filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir, em sua obra ícone *O Segundo Sexo*, que foi um forte estímulo para as lutas do movimento de mulheres, a mulher não nasce

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito no PPGD - Mestrado e Doutorado/ URI, *Campus* Santo Ângelo-RS. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo-RS. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, vinculado ao PPGD, acima mencionado. Bolsista CAPES. E-mail: [asuensch@hotmail.com](mailto:asuensch@hotmail.com)



mulher, mas torna-se mulher, processo que, segundo a autora, ocorreu através do surgimento da propriedade privada, quando o homem torna-se “[...] senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher” (BEAUVOIR, s.a, p. 80). Independente de como ocorreu a naturalização do ser mulher, é importante ter presente que esta é uma construção cultural que não pode ser baseada na biologização de suas funções.

Então, vincular o olhar sobre o discorrer da história das mulheres implica na compreensão da relação desta com o meio natural, em seus diferentes aspectos - a natureza é vista como espaço de experiências e de manutenção da vida, ou seja, é auferida uma afinidade natureza/mulheres, empregada como a justificativa biológica para ser usada nas relações de poder e opressão. Através desta reflexão é de interesse observar que as mulheres têm e, ao mesmo tempo desenvolveram pontos de encontro com a natureza, cada vez mais próxima, o que decorre de variados fatores, entre os quais – o cuidado com a vida e uma naturalização do papel feminino, perpetuando compromissos para as mulheres que as aproximam cada vez mais das situações que englobam o meio ambiente natural (ANGELIN, 2014, p.1572-1573).

Ademais o que deve estar presente como uma linha que norteia essa análise voltada para a naturalização dos papéis femininos, é um cuidado diante da não relativização e universalização da relação entre as mulheres e natureza, para que não se incorra em erro de naturalização das identidades femininas em uma visão determinista. As identidades não são estáveis, podendo ser eventuais e efêmeras, expondo fragmentacidade, historicidade, pluralidade e mostrando-se instáveis (ANGELIN, 2014, p.1572-1573). Elas são construídas por meio de processos e procedimentos históricos conscientes e também inconscientes, que as moldam inconclusas, em constante mutação, conforme pondera Hall:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconsistentes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo transformada”. [...] assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2005, p. 39).

O que se denota da história da humanidade nos últimos períodos, é uma intenção não ingênua de fixação das identidades masculinas/femininas, de forma e modo duradouro, com



justificativas volvidas em fatores de diferenciação natural entre os homens e as mulheres. Tal tentativa, porém é, constantemente afetada pelo empoderamento feminino, demonstrando as possibilidades de modificação das experiências e dos significados delas, alterando deste modo, a cultura as identidades e seu reconhecimento (ANGELIN, 2014, p. 1573). Por isso surge a necessidade de desnaturalizar padrões culturais e identitários que foram construídos sob opressão e cultura masculina.

O controle social sobre os corpos das mulheres tem uma história interessante de estereotipação, que nem sempre foi nos moldes que se conhecem hoje. Os estudos da escritora austríaca Riane Eisler apresentam indícios que no início da humanidade existia a figura da mulher como uma deusa, ao contrário do que passou a atribuir-se nos tempos mais próximos da história. A escritora vai ainda mais longe, e pondera que os antepassados do período paleolítico e início do neolítico viam o corpo da mulher como se fosse uma espécie de receptáculo mágico: “Devem ter observado como sangra de acordo com a lua e como miraculosamente produz gente. Também devem ter-se maravilhado com o fato de ele prover alimento, produzindo leite” (EISLER, 2007, p. 39-40). Angelin analisa a mitologia celta e como a figura feminina deixou de ser idolatrada em prol de um deus masculino:

Na mitologia celta, as mulheres eram invulneráveis, inteligentes, poderosas, guerreiras e líderes de nações. As mulheres também foram os primeiros seres humanos a descobrir os ciclos da natureza, pois era possível compará-los com o ciclo do próprio corpo. Com o cristianismo, a sociedade ocidental afastou-se destas origens pagãs de contato com a natureza e a mulher perdeu seu destaque, já que o Deus cultuado passou a ser masculino. A única figura feminina sagrada preservada foi a de Maria, mas não como uma divindade, e sim como uma intermediária de Deus, uma coadjuvante (ANGELIN, 2014, p. 1573).

Na passagem descrita por Angelin, observa-se como a deusa passou a ser o deus, da adoração do feminino para a adoração de uma figura masculina, perspectiva que vai de encontro à Ruether que pondera que, a religião da Deusa foi substituída pela adoração a um deus masculino e monoteísta, que mais tarde serviria de base para a cultura judaico-cristã. Constatou-se então que, a partir disso, a sociedade começou a se organizar cada vez mais de forma hierárquica, autoritária e masculina e o início da opressão feminina (RUETHER, 1993, p. 50-51).

Na história mais recente, não se pode olvidar a estereotipação das mulheres como figuras perigosas, pecadoras e, ao mesmo tempo, que devem estar sob o domínio dos homens. Em

verdade, as nomeadas bruxas eram parteiras, enfermeiras e assistiam aos casos de saúde. Possuíam conhecimentos relacionados ao emprego de plantas e ervas medicinais, que curavam as enfermidades de pessoas de seu meio comunitário e, por tal motivo, portavam um poder social. Elas muitas vezes, eram a única possibilidade de atendimento na área de saúde para pessoas de pouco poder aquisitivo. Eram médicas sem título. Elas eram consideradas “[...] símbolos do mal e da violência da natureza, capazes de provocar tempestades, doenças, matar crianças. [...] Por isso, as mulheres desordeiras assim como a natureza em desordem precisavam ser controladas” (GEBARA, 1997, p. 10). Intencionalmente, as mulheres foram colocadas num patamar de estereótipo de perigosas, o que contribuiu para seu reconhecimento social de menosprezo e inferioridade.

Conforme Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, foi no século XIX que ocorreu a solidificação do sistema capitalista, o qual trouxe profundas alterações no processo produtivo e na organização do trabalho numa totalidade, e em especial no que concerne a mão-de-obra feminina (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 36). A forma como o capitalismo tratou das mulheres foi um período da história da humanidade em que a mulher foi intensamente explorada: “A justificativa ideológica para esta super exploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalho e menos salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 38).

Após estas breves ponderações, no próximo íterim do presente estudo, adentrar-se-á ao contexto da vida e trabalho das mulheres e em especial da mulher camponesa no mundo rural.

### **3 O CONTEXTO DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS**

A agricultura em seu viés é uma criação feminina, ou seja, ela foi uma invenção das mulheres. De acordo com os ensinamentos de Elisabeth Badinther, a mulher por tradição era uma coletora e, com isso, obteve a oportunidade de observar os fenômenos da sementeira e germinação natural das sementes, fazendo com que passasse a reproduzir essa transformação artificialmente, perto de suas moradas (BADINTHER, 1986, p. 59-60). Conforme Guilaine, estudada por Badinther,

A agricultura propriamente dita, isto é, a cultura dos cereais, começa a se manifestar de maneira tímida no Crescente fértil. Se foram encontrados grãos de trigo em Jericó, que datavam do VIII milênio, considera-se que a agricultura só se estabeleceu



definitivamente a partir de 6500 a.C., tanto no Irã quanto na Turquia e na Palestina. Lá se cultivavam várias espécies de trigo, cevada, às vezes centeio, aveia, ervilhacas, cizirões e vinha (GUILAINE *apud* BADINTHER, 1986, p. 60).

Também para muitos autores feministas e marxistas, a cerâmica<sup>2</sup> seria uma criação das mulheres, pois “[...] parece existir um laço orgânico entre cereais e a cerâmica (o estoque das colheitas e as preparações alimentares necessitavam recipientes variados)”. Porém a hipótese não resta comprovada, assim como a tecelagem, a manipulação do couro, entrançamento e a fabricação de cestos (BADINTHER, 1986, p. 61).

A austríaca Riane Eisler, em sua obra *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro* traduz o reforço pelos diversos mitos religiosos antigos que explicitamente atribuem a invenção da agricultura à Deusa. Os documentos egípcios, por exemplo, referem-se insistentemente à Deusa Ísis como inventora da agricultura. Nas tábuas mediterrâneas, a Deusa Ninil é reverenciada por ensinar seu povo a cultivar o solo. Diante dos estudos, pode-se perceber que “Tanto na arqueologia como na mitologia, há numerosas associações não verbais que ligam a Deusa à agricultura” (EISLER, 2007, p. 121). Enquanto as mulheres manipulavam práticas de agricultura, os homens se aperceberam que a prática da caça seria insustentável, criando-se desse modo a proteção dos animais para fim de alimentação como fonte de nutrição e assim passam a domesticar os animais (BADINTHER, 1986, p. 61-62). Advém com isso que

[...] o homem passa muito mais tempo constituindo seu rebanho e vigiando-o do que propriamente caçando. Se ele decide quanto à alimentação carnívora, esta não tem mais a importância que possuía outrora, quando o clima era frio. Além do mais, se a criação substitui a caça, o prestígio do criador é muito menor do que o do caçador, que arriscava constantemente sua vida (BADINTHER, 1986, p. 62).

Na seara apresentada, ambas as tarefas se complementam e são respeitadas, portanto “[...] o valor atribuído a cada uma delas não é mais igual” e, ainda quanto maior é o afastamento do período dos caçadores, mais próxima se torna a agricultura e “[...] mais impressionante vai ficando o poder feminino” (BADINTHER, 1986, p. 62). No entanto, além de uma participação maior na agricultura, os homens passam a dominar a agricultura, após a noção de excedente da produção que se transforma em renda. Importa ressaltar que:

---

<sup>2</sup>“O aparecimento da cerâmica data da primeira agricultura. Jacques Cauvin descobriu, na Síria, as mais velhas cerâmicas encontradas, podendo ser situadas entre 800 e 700 a.C. Alguns autores como C. Gordon-Childe e George Thomson, fazem uma ligação entre a cerâmica e o fogo, pois a arte do fogo competia as mulheres na antiga civilização da Índia, pois a ela cabia manutenção do fogo sempre em chama” (BADINTHER, 1986, p. 61).

[...] antes mesmo que o uso desse arado se tivesse expandido, é muito possível que homens e mulheres tenham partilhado suas tarefas agrícolas. Para ele o trabalho extenuante do desbravamento, para ela o da semeadura, menos cansativo, e para os dois a tarefa de ceifar (BADINTHER, 1986, p. 74).

A partir do domínio do arado puxado por bois, passou-se a economia de esforços e criou-se a possibilidade de semeadura em maiores proporções de terra, momento em que a agricultura tornou-se “[...] o domínio dos homens”, transformando em sua propriedade exclusiva. Para a mulher apenas restou a semeadura e o cuidado do jardim (BADINTHER, 1986, p. 74).

O cenário de dominação no campo pelo homem continua se fazendo presente nas práticas e relações de agricultura de hoje denotando uma relação de desigualdade entre homens e mulheres, baseada no poder, sendo que a

[...] perspectiva de gênero no estudo das relações sociais do mundo rural trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis sociais das mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e desenvolvendo como um de seus componentes analíticos centrais a assimetria de poder. É necessário ampliar o conceito de gênero para além da percepção de que este seja apenas a consideração dos papéis socialmente atribuídos as mulheres e homens. É preciso uma abordagem transversal e multidisciplinar, que desenhe um quadro geral do papel feminino na sociedade e no caso particular do meio rural (MELO; DI SABBATO *in* BUTTO [Org.], 2009, p. 34).

As atividades na agropecuária são tradicionais e refletem na vida social e observa-se que no ambiente rural ainda resta uma forte presença da família nuclear patriarcal (pai, mãe e filhos), com uma discreta, porém crescente, participação feminina como chefe de uma família, conforme apontam Melo e Di Sabbato: “No entanto, ainda permanece a tradição patriarcal na constituição da família rural: embora lentamente nesse mundo também apareçam sinais de mudanças, como ligeiro aumento de chefia feminina nos lares rurais” (MELO; DI SABBATO *in* BUTTO [Org.], 2009, p. 57).

Embora as mulheres que vivem no meio urbano e no meio rural sejam oprimidas pelo patriarcado, o trabalho tem um significado diferente para elas, conforme segue:

[...] as trabalhadoras industriais talvez sejam mais autônomas economicamente do que as ocupadas no setor de serviços, atividades heterogêneas e com pouca organização sindical e, numa **situação econômica ainda mais inferior temos as trabalhadoras rurais**: embora também apresentem uma chefia familiar crescente, essa **taxa de participação é distante** da encontrada para as atividades de serviço (MELO; DI SABBATO *in* BUTTO [Org.], 2009, p. 57, grifo da autora).



No cotidiano das mulheres no meio rural, na ótica de Fischer, elas estão em duas pontas do processo da cadeia de produção alimentar, bem como transformando os produtos no alimento. A sistemática abrange as atividades da lavoura e da casa, configurados como o espaço público e privado. São interdependentes e a constante transitoriedade entre os dois meios é inscrita numa relação: dominação/subordinação. Para a mesma autora, “O âmbito privado apresenta-se um sustentáculo do espaço público, legitimado como lugar de supremacia masculina” (FISCHER *in* SCOTT; CORDEIRO [Orgs.], 2006, p. 193). Pode-se afirmar que o trabalho é o organizador da vida social na esfera agrícola rural e, também “É possível dizer que, no conjunto, existe uma certa articulação entre as diferentes atividades, entretanto o *continuum* de espaço de trabalho é realidade para as mulheres, uma vez que são elas que realizam as tarefas domésticas (SILVA; PORTELLA *in* SCOTT; CORDEIRO [Orgs.], 2006, p.142). Em relação ao âmbito público e privado das mulheres camponesas, Fischer ainda elucida:

A condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção de bens materiais, e o outro, à reprodução de indivíduos sociais. **Na divisão social do trabalho, cabe ao homem o exercício da produção, da mesma forma que concerne à mulher o da reprodução** (FISCHER *in* SCOTT; CORDEIRO [Orgs.], 2006, p. 193, grifo da autora).

O homem, portanto é a figura pública de representação daquele núcleo familiar trabalhador e, como chefe da família, é também chefe dos demais sendo declarado “naturalmente” o detentor dos recursos financeiros advindos da produção, tendo o poder de decisão sobre o uso dos mesmos e a distribuição entre o núcleo (se esta ocorrer) (SILVA; PORTELLA *in* SCOTT; CORDEIRO [Orgs.], 2006, p. 141-142).

O papel de labuta das mulheres na lavoura sempre foi excluído da possibilidade de ser valorado. O denominado trabalho (in)visível feminino no campo, de produção de alimentos para consumo, determina a segurança alimentar para muitas famílias, que inclusive chega a compor até 80% da produção para consumo próprio (autoconsumo) em diversos países (FISCHER *in* SCOTT; CORDEIRO [Orgs.], 2006, p. 96).

Ao que tange o perfil da mulher camponesa, elas têm importante papel na agricultura familiar e camponesa, sendo elas responsáveis, em ampla parcela pela produção de alimentos com destino ao autoconsumo familiar, como já referido anteriormente, e por práticas de agroecológica e na reprodução de diversas sementes denominadas de crioulas, garantindo uma

maior qualidade de vida para a família e o seio social comunitário, bem como a um manejo ambiental mais apropriado às pequenas unidades produção familiares. Elas são mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, o que representa aproximadamente 48% da população destas áreas rurais (BRASIL, MDA, p. 02, s.a). Alguns dados importantes seguem abaixo, tabelados (BRASIL, MDA, p. 03, s.a):

INFORMAÇÃO	FONTE/ANO
24,8% das mulheres são responsáveis por famílias (únicas ou conviventes).	(Censo, 2010)
34,1% das mulheres com 16 anos ou mais que não possuem rendimento estão no meio rural.	(Censo, 2010)
A razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao dos homens ocupados no meio rural é 72,7%.	(Censo, 2010)
Mulheres rurais contribuem com 42,4% do rendimento familiar.	(Censo, 2010)
12,68% dos estabelecimentos têm como responsáveis as mulheres .	(Censo Agro, 2006)
16% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar têm como responsáveis as mulheres.	(Censo Agro, 2006)

Fischer crítica que, “Mesmo assim, a miopia tem se mostrado patente até mesmo nos locais onde só se pratica esse tipo de agricultura” (FISCHER *in* SCOTT; CORDEIRO [Orgs.], 2006, p. 96). Para a escritora Maura Penna,



O trabalho da mulher rural não tem correspondência com o reconhecimento de sua condição feminina ou de sua resistência física. A técnica e a experiência são capazes de superar a força muscular. O problema da divisão sexual do trabalho encontra-se nas regras masculinas que prevalecem na sociedade, discriminando a mulher (PENNA, 1992, s.p).

A submissão das mulheres agricultoras e que vivem no meio rural, através desta divisão sexual e social do trabalho, foi uma das tônicas que fez emergir os movimentos de mulheres camponesas que buscam melhores condições de trabalho e reconhecimento na esfera rural e direitos de cidadania, o que será abordado a seguir.

#### **4 O RECONHECIMENTO DO TRABALHO DAS CAMPONESAS A PARTIR DE CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS**

Reconhecer alguém ou um grupo social depende de como estes são vistos, aceitos e do lugar que tem na sociedade. Não se pode negar que os movimentos de mulheres do campo foram o grande impulso de mudanças na estrutura do trabalho feminino na agricultura. Merecido é o destaque da figura das mulheres camponesas, que passaram a articular-se e, assim conseguiram manterem-se fortes e unidas em prol de suas reivindicações, representando um movimento muito importante dentro da sociedade brasileira. A composição dos movimentos de mulheres do campo é bastante abrangente:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p.).

O movimento das mulheres rurais surge nos anos de 1980 através de diferentes movimentos no campo nos Estados brasileiros, construindo sua própria organização. Porém, como tem ocorrido o reconhecimento das mulheres camponesas? Sua motivação fora erguida pelo reconhecimento tanto econômico como identitário, ou seja, pela valorização como trabalhadoras rurais, lutando por uma libertação, por sindicatos, acesso a documentos pessoais de identificação, direitos da previdência e uma maior participação política (LA VIA CAMPESINA MOVIMENTO CAMPESINO INTERNACIONAL, 2011, s. p). A organização



dessas mulheres é dividida em grupos como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, também o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que, ligados á várias vertentes, construíram – e ainda constroem- a identidade política e o reconhecimento público das camponesas. Por meio dessas conquistas e acessos, elas sentem-se reconhecidas e valorizadas como sujeitas de direitos, fazendo com que sigam trabalhando em forma de organizações coletivas, não somente de mulheres, mas também envolvidas com outras organizações que tem a ver com o meio rural.

Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, s.a, s.p.).

Denota-se deste modo à existência de várias organizações de mulheres do campo e, o conjunto das mesmas compõe o movimento das mulheres camponesas. Um dos movimentos mais destacados no cenário brasileiro é o Movimento de Mulheres Camponesas, e no ano de 2000, surge a Marcha das Margaridas, que recebeu grande amplitude na América Latina, juntando as várias organizações de movimentos de mulheres no campo.

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Por ser permanente, as mulheres trabalhadoras rurais seguem, diariamente, lutando para romper com todas as formas de discriminação e violência, que trazem conseqüências perversas à vida delas (MARCHA DAS MARGARIDAS, s.a., s.p).

Este movimento foi assim intitulado devido à líder sindical Margarida Maria Alves, presidente de sindicato rural em Alagoa Grande/Paraíba, que foi brutalmente assassinada por ordem de usineiros da região, por conflito de interesses. Ela exercia uma liderança muito grande no meio rural e especificamente, “[...] à época de sua morte havia movido 73 ações trabalhistas de trabalhadores rurais das usinas por direitos trabalhistas. Esse foi o motivo do crime” (MOTTA, s.a, s.p).



Pertinente ao estudo dos movimentos das mulheres camponesas são as teorias trazidas por Axel Honneth e Nancy Fraser, que tratam sobre a teoria do reconhecimento e da redistribuição, respectivamente. Na teoria do reconhecimento, destaca-se Axel Honneth, figura de maior destaque dentre a terceira geração de Frankfurt, com seus estudos concentrados nas áreas de filosofia social, política e moral, tratando principalmente, da explicação teórica e crítico-normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento na sociedade atual. O ponto central de Honneth, em sua obra intitulada *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, é demonstrar como as pessoas e os grupos sociais se encontram e são reconhecidos na sociedade atual. Isso decorre através de lutas por reconhecimento do meio subjetivo (HONNETH, 2003).

Para o teórico acima citado há três formas de ocorrer o reconhecimento: pelo o amor, pelo direito, e por meio da solidariedade. Na visão do mesmo autor, a luta para o reconhecimento ocorre com o início de uma experiência de desrespeito de alguma das três formas acima mencionadas de reconhecimento. Conforme Honneth “A autorrealização do indivíduo somente é alcançada quando há, na experiência de amor, a possibilidade de autoconfiança, na experiência de direito, o autorrespeito e, na experiência de solidariedade, a autoestima” (HONNETH, 2003, p. 155- 211).

Na teoria de Honneth existe a necessidade de reciprocidade para que haja o reconhecimento das mulheres camponesas. O reconhecimento para isso também é aplicado para o caso das identidades de cada indivíduo, ou seja, da identidade individual. Assim, para garantir a chamada integridade humana, o indivíduo necessita do reconhecimento pela outra pessoa ou pelo Estado. Este reconhecimento individual identitário também é importante para as mulheres camponesas que estão inseridas num movimento social de mulheres, pois é meio do qual elas auto-conhecem suas situações de fragilidades e desigualdades sociais podendo, diante disso, buscar o reconhecimento identitário e seu espaço na sociedade (HONNETH, 2003). Em Honneth, com sua teoria do reconhecimento a partir de um conflito social, é possível verificar um elo com os movimentos de mulheres camponesas. A partir de um conflito não jurídico, que as mulheres camponesas passam a buscar o reconhecimento social, em especial frente ao Estado, quando buscam direitos humanos.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A definição de Direitos Humanos trazida por João Martins Bertaso é a seguinte: “Os direitos humanos se colocam como referencial de um ideal político e social a ser alcançado, mantendo a dimensão normativa da cidadania, como um comportamento coletivo desejado. A dimensão de reconhecimento funcionando como elemento de sustentação



Porém, para a autora americana Nancy Fraser, filósofa afiliada a escola de pensamento da Teoria Crítica. O reconhecimento, no caso das mulheres, é o resultado da mudança de status, através da redistribuição de renda, denunciando a desigualdade material como a principal causa das desigualdades entre gênero conforme segue:

Las luchas por el reconocimiento tienen lugar en un mundo de desigualdades materiales exacerbadas: en cuanto a la renta y la propiedad, en el acceso al trabajo asalariado, la educación, la asistencia sanitaria y el tiempo de ocio, aunque también, de manera más evidente, en el consumo de calorías y la exposición a la toxicidad medioambiental y, como consecuencia, en las expectativas de vida y las tasas de enfermedad y mortalidad. La desigualdad material va en aumento en la mayoría de los países del mundo, en los Estados Unidos y en Haití, en Suecia y en la India, en Rusia y en Brasil (FRASER, 2011, p. 217-254).

A teoria da autora, centrada nas acepções de justiça, para a qual justiça se apresenta como conceito complexo devendo ser entendido sob três conceitos separadamente, mas interrelacionados: distribuição de recursos produtivos e de renda, reconhecimento de contribuições variadas de diferentes grupos sociais e representação na linguagem e em todo o domínio simbólico (FRASER, 2011, p. 217-254).

Ambas teorias acima expostas divergem entre si, mas em realidade se complementam. Fraser em sua teoria, quando traz a forma como é tido o reconhecimento, trabalha com a ideia de redistribuição de renda que modifica o status social e que permite uma participação paritária de mulheres nas decisões sociais e do Estado. Os remédios que a referida autora aponta para a transformação da injustiça social é uma forte e intensa mudança de estrutura na política econômica frente a uma redistribuição melhor de renda, de uma reorganização de relações na esfera do trabalho e de uma participação democrática mais ativa/participativa nas decisões dos investimentos pelo Estado. A autora propõe concorrentemente ainda, uma reavaliação das identidades estereotipadas e um respeito à diversidade cultural presente (FRASER, 2010, p.182-187). Portanto, na seara do campesinato feminino, primeiramente é mais propícia a teoria trazida por Fraser, por acreditar-se que a luta das mulheres agricultoras em seu meio de trabalho é uma questão que envolve redistribuição de recursos e de renda, para alcançar o

---

subjetiva, como condição de possibilidades de se trabalhar as paixões – individuais e grupais – que consubstanciam as relações e práticas humanas. De um lado, uma atitude concreta de entendimento transindividual (intra, inter e transpessoal), de outro, a utopia que move as ideologias e os projetos emancipatórios. De um lado, um potencial pré-normatizante; de outro, a ação política, complementam-se para viabilizar uma sociedade local/global de convivência” (BERTASO *in* BERTASO; COPETTI, 20013, p. 38).



reconhecimento social, não se excluindo a necessidade do reconhecimento através de um conflito social, trazida por Honneth.

Deste modo, os movimentos de mulheres do campo que buscaram e ainda buscam redistribuição de renda e reconhecimento identitário estão alinhadas às teorias apresentadas acima. Historicamente os movimentos envolvendo mulheres camponesas, suas lutas e conquistas são revelados no reconhecimento insculpido na Constituição Federal de 1988, em qual situa-se em seu princípio fundamental – “a dignidade da pessoa humana”, em seus objetivos “a construção de uma sociedade que seja justa e solidário” e principalmente garantiu direitos e garantias consideradas fundamentais que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988).

Ademais para a conquista da autonomia e a participação da mulher no desenvolvimento rural são necessários diversos fatores que promovem o reconhecimento e o empoderamento das mulheres camponesas, o que pode ser embasado nas teorias brevemente aqui apresentadas por Axel Honneth e Nancy Fraser. Em primeiro momento, faz-se necessário promover a cidadania e a participação com confecção de documentação pessoal, participação social e a socialização dos cuidados. Em segundo momento, com o acesso a terra, através da reforma agrária, crédito fundiário e as ações fundiárias. Num terceiro momento, apresenta-se a inclusão produtiva com acessos aos mercados, crédito produtivo, infraestrutura, organização produtiva, assistência técnica (BRASIL, MDA, p. 03, s.a), passos esses de uma rota de políticas públicas que levam a autonomia e participação da mulher camponesa, porém faz devir lembrar ser a participação do homem, que é essencial na construção de novas formas de relações humanas que acontecerão apenas com o exercício da alteridade, fazendo verdadeiros os ensinamentos de Axel Honneth o qual afirma que para existir o reconhecimento, é preciso a reciprocidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo trouxe alguns dos desdobramentos sobre o reconhecimento das mulheres camponesas no ambiente de trabalho o que constituiu um desafio na construção da alteridade no meio rural. A fim de se desmistificar a naturalização de estereótipos dos corpos femininos, de como a cultura masculina que foi inscrita nos em corpos das mulheres femininos ao longo da história e, como isso, refletiu na história de vida de todas as mulheres.

Sobre o contexto de vida e trabalho das mulheres camponesas, percebe-se como este manteve-se invisível, não valorizado e não reconhecido pelos homens e, inclusive por elas próprias e pelas leis do Estado, diante da naturalização dessa divisão social/sexual do trabalho no campo. O reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas no ambiente do trabalho rural ocorre de modo e tempo recente e, a partir de conquistas dos movimentos de mulheres camponesas. A mulher camponesa tem sido empoderada por meio dos movimentos de mulheres no campo, provocando o reconhecimento jurídico pelo Estado, bem como reconhecimento social e familiar.

É possível observar-se que é intensa a necessidade de continuidade de desnaturalização dos estereótipos, pois a carga cultural patriarcal é impregnada e, em muitos casos, perpassa de geração em geração, criando-se a necessidade perene de desconstrução do mesmo e para que não ocorra a sobrecarga de trabalho das mulheres camponesas e, para que também sintam-se livres das amarras do sistema patriarcal. Percebe-se apenas pequena parcela de reconhecimento dos trabalhos domésticos e da participação das mulheres na produção de alimentos, forte pelo poder público no Brasil, mas não pelo seu companheiro de labuta. A partir dos ensinamentos de Fraser, ocorre que elas produzem economicamente, mas não há a devida redistribuição, mesmo no seio familiar.

As mulheres camponesas através dos movimentos já garantiram muitos acessos, porém conforme tabela vista no estudo, ainda são em poucos índices de porcentagem se comparada aos acessos dos homens (mesmo que a tabela seja silente em relação aos homens é o que se interpreta). Políticas públicas voltadas para as camponesas são de suma importância, porém denota-se que elas apenas são acessadas quando houver o estímulo específico para aquela mulher (in)visível, ou seja, com seu empoderamento.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <[siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/6751/3848](http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/6751/3848)>. Acesso em: 17 Jul. de 2017. p. 1569-1597.



- BANDINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Relações entre homens e mulheres. Trad. Carlota Gomes. Título original: “L’U UM est l’autre”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v 1. Fatos e mitos. Trad. de Sérgio Milliet. Título do original: “*Le deuxième sexe*”. 1949. São Paulo: Círculo do Livro, s. a.
- BERTASO, João Martins. “Aspectos da cidadania e direitos humanos”. In: BERTASO, João Martins; COPETTI, André Leonardo. *Cidadania e direitos culturais: a tutela judicial das minorias e hipossuficientes no Brasil*. Santo Ângelo: FuRI, 2013.
- BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 17 Jul. 2017.
- BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS\\_PUBLICAS\\_PARA\\_MULHERES\\_RURALS\\_NO\\_BRASIL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURALS_NO_BRASIL.pdf)>. Acesso em: 14 Jul. 2017.
- EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*. Trad. de Ana Luiza Dantas Borges, Rocco. Rio de Janeiro, 2007.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Traduz. Por Leandro Konder. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FETASE. *Marcha das margaridas*. Disponível em: <http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>. Acesso em: 12 Jul. 2017.
- FISCHER, Izaura R. “Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de Sem Terra do Engenho Prado”. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide [Orgs.]. *Agricultura familiar: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- FRASER, Nancy. *Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça*. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela;
- FRASER, Nancy. “¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista»”. In: Nancy Fraser, María Antonia Carbonero Gamundí, Joaquín Valdivielso [Coords.]. *Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización*. 2011, p. 217-254. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3831908>>. Acesso em: 14 Jul. 2017.
- GEBARA, Ivone. *Teologia Ecofeminista*. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Título original: “Kampf um Anerkennung”. Tradução: Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LA VIA CAMPESINA MOVIMENTO CAMPESINO INTERNACIONAL. *Jornada da via campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos*. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>>. Acesso em: 12 Jul. 2017.
- MALEUS MALIFICARUM – O Martelo das Bruxas (Documentário). Disponível em: <[https://youtube.com/watch?v=Bt1NddkM\\_UE&&](https://youtube.com/watch?v=Bt1NddkM_UE&&)>. Acesso em: 16 Jul. 2017.
- MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. “Trabalho feminino no meio rural: invisibilidade e lutas pelo direito à terra”. In: BUTTO, Andrea [Orgs.]. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.



MOTTA, Beto. *A história da líder sindical brasileira que deu origem a marcha das margaridas*. Disponível em: < <http://www.fetaesc.org.br/wp/noticias/a-historia-da-lider-sindical-brasileira-que-deu-origem-a-marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 12 Jul. 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *História*. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 12 Jul. 2017.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminina*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1993.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Douglas Cesar. “Três dimensões para compreender o papel da diferença na sociedade contemporânea”. In: GIMENEZ, Charlise Paula Colet; LYRA, José Francisco Dias da Costa [Orgs.]. *Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo e políticas de cidadania e resoluções de conflito: tomo 7*. Campinas, SP: Millennium Editora, 2016.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. “Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro”. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide [Orgs.]. *Agricultura familiar: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.